



CNPJ 28.944.734/0001-48

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2021.**

Desde o início da pandemia da Covid-19, a FCCSA tem direcionado esforços para garantir o fornecimento de catalisadores aos seus clientes e vem adotando ações para minimizar a exposição de clientes, fornecedores e empregados ao contágio do vírus e contribuir com a manutenção da atividade econômica do país, atendendo aos protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas autoridades. No último trimestre de 2021 a FCC S.A. adotou a flexibilização de alguns itens do Protocolo de Prevenção à COVID-19. O motivo da flexibilização foi devido ao avanço da vacinação de toda força de trabalho e a diminuição de casos confirmados na empresa. Ao longo do período, diversas foram as medidas tomadas pela Cia. em relação às rotinas operacionais, cabendo mencionar o destacamento de colaboradores para home office, em especial daqueles que se enquadram nos grupos de risco, sem prejuízo à continuidade das atividades; a contratação de uma epidemiologista para auxiliar na definição de protocolos de prevenção e prestação de serviço de telemedicina para atendimento aos colaboradores que apresentem sintomas da Covid-19 e que testarem positivo para o vírus; e a produção de material para orientação dos colaboradores quanto à ergonomia e manutenção de sistema e segurança da informação durante o trabalho remoto. O ano de 2021 foi determinado pelo início da vacinação da Covid-19, em massa por todo o globo terrestre. O Brasil, destaca-se com um dos países precursores com a vacinação atingindo ao final de dezembro de 2021 a marca de 78% de sua população total com o ciclo vacinal completo, ou seja, com a aplicação da primeira e segunda doses e iniciou-se a aplicação da chamada dose de reforço, terceira dose, em idosos e pessoas com comorbidades. A atividade econômica brasileira se manteve estável diante da melhora do ambiente econômico mundial com o avanço da vacinação. Fechamos o ano de 2021 com a inflação em alta, o IPCA fechando o ano de 10,1% contra a meta do governo de 5,3%. O crescimento do PIB brasileiro em 2021 ficou em 4,5% sendo que as perspectivas para o ano de 2022 é de um crescimento de apenas 0,3% devido diversos fatores externos principalmente pelo aumento no preço das commodities. O Comitê de política monetária do Banco Central do Brasil elevou, em sua última reunião do ano, a taxa Selic ao valor de 9,25%a.a. alcançando o mesmo patamar desde julho de 2017. Esse aumento vultoso principalmente frear o consumo para conter a inflação que se encontra em tendência de alta. Alguns fatos marcaram o ano de 2021 da FCCSA, dentre eles podemos destacar: Realizamos 69 dias de férias coletivas nos meses de janeiro, março, julho, agosto, setembro e dezembro de 2021, com a finalidade de adequação de nossos estoques, produção e manutenção de nosso parque fabril. A FCC S.A. assinou contrato, para venda de catalisadores de craqueamento catalítico, com o fundo de investimentos Mubadala Capital, que adquiriu da Petrobras a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), e seus ativos logísticos associados, na Bahia. A Refinaria passou a se chamar Refinaria Mataripe S.A. A FCC S.A. negociou o novo contrato de fornecimento com o cliente até 2025. Em 2021 pagamos dividendos aos nossos acionistas no valor de R\$ 35,17 milhões, sendo R\$ 2,67 milhões referente saldo do lucro líquido de 2020 mais dividendos antecipados referentes ao lucro líquido apurado nos meses de jan a jun de 2021 na quantia de 32,5 milhões. Durante o ano de 2021 completamos 1.566 dias sem acidentes de trabalho com afastamento, batendo o nosso recorde histórico, demonstrando que segurança é mais do que alcançar uma meta, é Valor. Ações de voluntariado estiveram em ação durante o ano de 2021, onde consolidamos o programa "corrente do bem" com a ajuda a creches e escolas da localidade. A FCC S.A. manteve foco em segurança, saúde, meio-ambiente tendo como Missão o fornecimento de catalisadores, aditivos e soluções para as indústrias de petróleo e química de forma rentável e com a Visão de ser uma empresa reconhecida como de alta tecnologia, líder nos mercados onde atua, de forma ética, rentável, competitiva, ambientalmente correta e socialmente responsável. Superamos as metas de qualidade com o atendimento a todas as especificações dos nossos produtos, bem como completamos doze anos de efuentes líquidos especificados a 100%, o que demonstra nossa responsabilidade com o meio ambiente, bem como, com nossos clientes. A receita líquida do ano de 2021 fechou em R\$ 439 milhões, 11,6% maior que no ano anterior. A produção ficou em linha com o orçamento, ações de pesquisa e desenvolvimento seguem na linha da criação de aditivos e reformulações de catalisadores buscando aumentar a performance das refinarias e/ou atender requisitos legais. O lucro líquido foi de R\$ 129 milhões, contra R\$ 74 milhões em 2020, puxado principalmente pela recuperação tributária denominada "tese do século". Geramos um Ebitda de 174 milhões em 2021 e 128 milhões em 2020. Possuímos um contrato de longo prazo com a Petrobras para fornecimento de catalisadores e aditivos durante o prazo de 10 anos, assinado em 2015, o que permite a FCC S/A planejar seus negócios e investimentos a médio e longo prazo. Na mesma linha, iniciamos o fornecimento de catalisadores e aditivos para a Albemarle, cuja demanda se estenderá para o ano de 2022. O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2021, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Este relatório reflete a realidade da Sociedade e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores. **A Diretoria da FCC S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
Receita .....	22	438.776	392.902
Custo dos produtos vendidos .....	23	(278.964)	(237.021)
<b>Lucro bruto .....</b>		<b>159.812</b>	<b>155.881</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas .....	23	(82.293)	(60.659)
Outras (despesas) receitas, líquidas .....	24	62.760	3.448
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos .....</b>		<b>140.279</b>	<b>98.670</b>
Despesas financeiras .....	25	(3.094)	(2.289)
Receitas financeiras .....	25	37.927	1.740
Variações monetárias, líquidas .....	25	1.034	12.521
<b>Resultado financeiro, líquido .....</b>		<b>35.867</b>	<b>11.972</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social .....</b>		<b>176.146</b>	<b>110.642</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social .....</b>	7(d)	<b>(33.364)</b>	<b>(38.805)</b>
Corrente .....		(13.669)	2.151
Diferido .....		129.113	73.988
<b>Lucro líquido do exercício .....</b>		<b>142.782</b>	<b>72.837</b>
<b>Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$ .....</b>		<b>257</b>	<b>147</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício .....	129.113	73.988
Outros resultados abrangentes .....	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício .....</b>	<b>129.113</b>	<b>73.988</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício .....		129.113	73.988
Ajustes			
Provisão para <i>impairment</i> .....		(788)	(170)
Perda de crédito esperada .....		-	23
Depreciação e amortização .....	10e11	14.870	14.444
Amortização de direito de uso .....	9	13.545	11.421
Provisão de imposto de renda e da contribuição social corrente .....		33.364	38.805
Provisão para processos judiciais .....		499	708
Baixa de ativo imobilizado e intangível .....		(88)	(25)
Impostos diferidos .....		13.669	(2.151)
Obrigações com custos industriais e outros .....		2.589	481
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizadas e outras .....		2.871	15.038
<b>Resultado das atividades operacionais .....</b>		<b>209.644</b>	<b>152.129</b>
<b>(Aumento) redução em ativos</b>			
Contas a receber de clientes .....		(38.034)	12.836
Estoques .....		(4.495)	(17.733)
Impostos a recuperar .....		(78.332)	302
Depósitos judiciais e outros .....		(771)	(510)
Outros ativos circulantes .....		1.606	(2.115)
<b>Resultado das atividades operacionais .....</b>		<b>(120.026)</b>	<b>(7.220)</b>
<b>Aumento (redução) em passivos</b>			
Fornecedores .....		10.567	(65)
Provisão para férias, salários e encargos sociais .....		2.214	1.080
Impostos e contribuições a recolher .....		(7.649)	(2.543)
Contas a pagar de materiais e serviços .....		21.599	2.960
<b>Resultado das atividades operacionais .....</b>		<b>26.731</b>	<b>1.432</b>
<b>Caixa líquido proveniente das operações .....</b>		<b>116.349</b>	<b>146.341</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos .....		(24.256)	(29.717)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais .....</b>		<b>92.093</b>	<b>116.624</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aumento da venda de ativo imobilizado .....		141	39
Aumento do imobilizado e intangível .....	10e11	(35.181)	(8.409)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos .....</b>		<b>(35.040)</b>	<b>(8.370)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos .....	21c	(35.175)	(117.840)
Empréstimos tomados .....		10.000	38.540
Pagamento de empréstimos .....		(31.078)	(18.832)
Amortizações de arrendamento .....		(14.164)	(17.549)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento .....</b>		<b>(70.417)</b>	<b>(115.681)</b>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício .....</b>		<b>(13.364)</b>	<b>(7.427)</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro .....		53.238	60.108
Efeito da variação cambial do caixa e equivalentes de caixa .....		(1.137)	(557)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro .....		41.011	53.238
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício .....</b>		<b>(13.364)</b>	<b>(7.427)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa .....	4	41.011	53.238	Fornecedores .....	13	12.147	2.124
Contas a receber .....	5	70.340	33.883	Empréstimos e financiamentos .....	14	20.466	38.846
Estoques .....	6	79.419	74.924	Férias, salários e encargos sociais .....		9.505	7.291
Impostos a recuperar .....	7(a)	4.938	13.244	Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher .....	7(b)	9.865	9.543
Outros ativos circulantes .....	8	3.730	5.336	Obrigações com custos industriais e outros .....	18	14.786	3.558
				Contas a pagar de materiais e serviços .....	19	18.345	5.384
		199.438	180.625	Passivo de arrendamento .....	20(a)	11.130	10.126
						96.244	76.872
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais .....	16	6.969	6.368	Provisão para processos judiciais .....	16	1.491	992
Impostos a recuperar .....	7(a)	88.378	932	Impostos diferidos .....	7(c)	13.169	-
Impostos diferidos .....	7(c)	-	914	Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher .....	7(b)	1.637	-
Direito de uso .....	9	15.828	25.351	Passivo de arrendamento .....	20(b)	6.184	16.165
Imobilizado .....	10	108.213	86.368			22.481	17.157
Intangível .....	11	1.228	862	<b>Patrimônio líquido .....</b>	21		
		220.616	120.795	Capital social .....	21(a)	145.000	145.000
<b>Total do ativo .....</b>		<b>420.054</b>	<b>301.420</b>	Reserva legal .....	21(b)	29.000	29.000
				Reserva de reinvestimentos .....	21(d)	30.719	30.719
				Reserva para dividendo adicional proposto .....	21(c)	96.610	2.672
						301.329	207.391
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>		<b>420.054</b>	<b>301.420</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reservas de lucros							
	Nota	Reservas Estatutárias		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Reserva legal				
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2020 .....</b>		145.000	29.000	30.719	34.893	-	239.612
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores .....	21c	-	-	-	(34.893)	-	(34.893)
<b>Lucro líquido do exercício .....</b>		-	-	-	73.988	-	73.988
<b>Destinações:</b>							
Dividendo mínimo obrigatório proposto .....	21c	-	-	-	-	(7.1316)	(7.1316)
Dividendo adicional proposto .....	21c	-	-	-	2.672	(2.672)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 .....</b>		145.000	29.000	30.719	2.672	-	207.391
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores .....	21c	-	-	-	(2.672)	-	(2.672)
<b>Lucro líquido do exercício .....</b>		-	-	-	129.113	-	129.113
<b>Destinações:</b>							
Pagamento de dividendo antecipado .....	21c	-	-	-	-	(32.503)	(32.503)
Dividendo adicional proposto .....	21c	-	-	-	96.610	(96.610)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 .....</b>		145.000	29.000	30.719	96.610	-	301.329

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

**1. Contexto operacional:** A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, cujo objetivo é desenvolver, produzir, comercializar, importar e exportar catalisadores e produtos afins. O parque industrial, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, possui capacidade para atender a demanda nacional e a do mercado externo de sua influência. Conforme detalhado na nota explicativa nº 12, a Sociedade realiza a maioria de suas transações relevantes com uma de suas acionistas, a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. A Sociedade também possui participação da Albemarle Brazil Holdings Ltda, formando um empreendimento controlado em conjunto entre ambos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve redução nas vendas para a Albemarle Corporation em função do avanço da pandemia Covid-19, durante o ano de 2021. A composição acionária encontra-se descrita na nota explicativa nº 20. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGA-AP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 14 de fevereiro de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos, exceto pelos instrumentos financeiros, que são mensurados pelos seus valores justos, conforme relatado nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado o valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação.** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. **d. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(i) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos.** A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota explicativa nº 3(k). **(ii) Benefícios de planos de pensão.** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Sociedade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota explicativa nº 3(g). **(iii) Provisões para contingências judiciais.** Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **3. Principais políticas contábeis.** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira.** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **b. Instrumentos financeiros (i) Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. **Recebíveis.** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. **(ii) Passivos financeiros não derivativos.** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Capital social.** Todo o capital social é representado por ações ordinárias as quais são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. Já os dividendos adicionais propostos são reconhecidos no patrimônio líquido e distribuídos aos sócios mediante aprovação formal requerida pelos instrumentos legais da Sociedade. Mais detalhes estão evidenciados na nota explicativa nº 20. **c. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são mensuráveis pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A planta industrial é destinada ao processamento de produtos químicos, altamente agressivos, o que requer uma manutenção permanente e planejada, cujo custo vai diretamente ao resultado do exercício ou é ativado quando aumenta a vida útil e econômica dos bens. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Terrenos e obras em andamento não são depreciados, edifícios são depreciados em 25 anos, máquinas, equipamentos e instalações são depreciados entre 5 e 10 anos e outros imobilizados são depreciados entre 5 e 10 anos. O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A sociedade efetuou o teste de *impairment* em parte de seu ativo, mais precisamente à linha de transmissão 138 Kv, para ajuste do ativo em face ao valor justo e reconheceu os referidos efeitos nessas demonstrações financeiras, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10. Para os demais ativos, a Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado. **d. Intangível.** Refere-se principalmente a software, adquirido de terceiros, cuja amortização é calculada pelo método linear em 5 anos. O valor recuperável do ativo intangível é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. **e. Estoques.** Os estoques são registrados com base no custo de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques estão valorizados pelo custo médio e os valores contabilizados não excedem o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas com vendas. A provisão para obsolescência ou realização é constituída, se necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos seus estoques. **f. Redução a valor recuperável ("Impairment").** **(i) Ativos financeiros.** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **(ii) Ativos não financeiros.** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados indivi-

dualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). **g. Benefícios a empregados. (i) Planos de contribuição definida.** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições definidas para uma Sociedade multipatrocinada (Fundo de Pensão) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. **(ii) Planos de benefício definido.** Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições que variam de acordo com o plano de custo anual calculado com base nos compromissos do plano de benefício definido. A obrigação líquida da patrocinadora quanto aos planos de previdência de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados irão auferir como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é obtida com base em títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações do plano de benefícios e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagas. O cálculo é realizado anualmente por atuários qualificados e registrados no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, por meio do método de crédito unitário projetado. **h. Provisões.** Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **i. Receita.** O CPC 47, correlacionado à norma Internacional de Contabilidade - IFRS 15, estabelece um conjunto de medidas e



CNPJ 28.944.734/0001-48

data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **l. Resultado por ação.** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. **m. Contas a receber.** Referem-se a valores a receber de clientes e estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A perda de crédito esperada é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. A exposição da Sociedade a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 16 (a). **n. IFRS 16 Leases (arrendamentos).** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de financiamento com terceiros. **i. Outras normas.** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade: - IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado. Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. CPC 32/IAS 12 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Caixa e depósitos à vista.....	13.999	18.981
Aplicações financeiras.....	27.012	34.257
	<u>41.011</u>	<u>53.238</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDB) com opção de recompra a qualquer instante, operações compromissadas em debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 97,5% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2021 e 2020. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Sociedade possuía depósitos bancários no exterior no valor de R\$ 13.487 e R\$ 26.640, respectivamente.

**5. Contas a receber**

	2021	2020
No país - partes relacionadas (Nota 12).....	38.692	25.982
No exterior - partes relacionadas (Nota 12).....	4.207	842
No exterior - terceiros.....	9.988	6.915
No país - terceiros.....	17.870	706
Total do contas a receber bruto.....	<u>70.757</u>	<u>34.445</u>
Perda de crédito esperada.....	(417)	(562)
Total do contas a receber líquido.....	<u>70.340</u>	<u>33.883</u>
O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:		
A vencer.....	58.347	32.222
Vencidas:		
De 01 a 30 dias.....	19.070	2.717
De 31 a 90 dias.....	4.737	3.903
De 91 a 180 dias.....	1.980	-
Acima de 180 dias.....	942	568
(-) IFRS 15.....	(14.319)	(4.965)
Total.....	<u>70.757</u>	<u>34.445</u>
Prazo médio de recebimento.....	48	26



Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade baixou do contas a receber o valor de R\$ 145 referente aos títulos para perdas de crédito esperada. A movimentação do saldo da provisão em 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro de 2019.....	503	35
Adições.....	35	538
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	538	24
Adições.....	24	562
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	562	(145)
Baixas.....	(145)	417
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	<u>417</u>	<u>417</u>

**6. Estoques**

	2021	2020
Matérias-primas (i).....	20.300	18.929
Produtos intermediários.....	2.604	1.465
Produtos acabados.....	44.003	42.152
Almoxarifado de partes.....	11.163	10.680
Outros.....	1.349	1.698
	<u>79.419</u>	<u>74.924</u>

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2021 encontra-se líquido da provisão para perda no valor total de R\$ 738, constituída após testes em laboratório constatarem que parte dos estoques de matérias primas encontravam-se inservíveis para utilização.

**7. Impostos: a. Impostos a recuperar**

	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (i).....	700	1.083	3.675	932
PIS e COFINS (ii).....	4.220	87.295	9.561	-
IPI.....	18	-	8	-
Total.....	<u>4.938</u>	<u>88.378</u>	<u>13.244</u>	<u>932</u>

(i) Em 2021 a FCCSA atuou fortemente nas vendas para o mercado interno o que contribuiu na redução significativa do saldo credor de ICMS em R\$ 700 (R\$ 3.675 em 2020). (ii) No dia 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu de maneira favorável aos contribuintes a respeito da tese da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e do COFINS, definindo que tal recuperação considerasse desde o dia 15/03/2017. Também ficou pacificado que as empresas que possuísem ações judiciais antes dessa data poderiam retroagir em 5 anos a partir da data da propositura da ação no levantamento dos créditos de pis e cofins. No dia 29/04/2021, a FCCSA obteve o transitio em julgado da ação iniciada em abril de 2008 e desta forma a Sociedade retroagiu sua recuperação fiscal de abril de 2003 até maio de 2021, com o cálculo do crédito apurado sobre o valor destacado nas notas fiscais, totalizando a quantia de R\$ 88.100 em créditos de PIS e COFINS atualizados monetariamente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 87.300. A Sociedade solicitou a homologação de tais créditos junto à Receita Federal em 07/07/2021. No dia 18/08/2021, o pedido de habilitação do crédito foi homologado pela Receita Federal. Adicionalmente, em 22/09/2021 foi impetrado Mandado de Segurança visando garantir que a FCCSA realize o diferimento da tributação dos valores devidos de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins incidentes sobre a atualização monetária dos indêbitos tributários. Em 26/11/2021 foi deferida a medida liminar para de-

terminar a suspensão da exigibilidade do IRPJ, CSLL e do PIS/COFINS calculados a partir do transitio em julgado de decisões líquidas proferidas em Mandado de Segurança que reconheçam o direito à recuperação e compensação de indêbitos tributários na via administrativa, até a homologação dos pedidos de compensação. Em 2021, o juiz encarregado pelo processo da Sociedade, após manifestação da Receita Federal, deferiu o pedido de antecipação da tutela recursal da Impetrante/Apelante para autorizar a exclusão dos valores da taxa SELIC (juros de mora e correção monetária) incidentes nos créditos tributários federais a serem recuperados (indêbitos tributários) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, como requerido e em linha com a decisão do STF. Desta forma, a Sociedade procedeu com a referida exclusão fiscal no valor de R\$ 35.880 em 31 de dezembro de 2021.

**b. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher**

	2021	2020
Passivo circulante.....	8.007	7.975
Imposto de renda (i).....	864	1.128
Contribuição social (i).....	993	440
Outros impostos e contribuições a recolher.....	9.865	9.543

**Passivo não circulante**

Pis e Cofins.....	1.637	-
-------------------	-------	---

O aumento em outros impostos e contribuições a recolher deu-se em virtude dos valores de pis e cofins a pagar calculados sobre o indêbitos fiscal inerente a recuperação fiscal da exclusão do icms da base de cálculo do pis e da cofins. **c. Impostos diferidos.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, conforme abaixo:

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social diferida.....	36.955	11.984
Provisão de insumos e outras despesas- adição.....	1.491	1.275
Provisão para contingências e outros - adição.....	(77.179)	(10.572)
Lucros diferidos e outros - exclusão.....	(38.733)	2.688
Base de cálculo.....	(13.169)	914

Com o mandato de segurança que assegura a Sociedade em tributar o IR/CS do indêbitos fiscal levantado de período pretérito somente no momento de efetuadas as compensações, procedeu-se na exclusão desse indêbitos no momento de seu reconhecimento na contabilidade no valor mencionado na Nota Explicativa nº 7 (b). Com esse processo, foi provisionado e adicionado para efeitos fiscais o valor para honorários advocatícios na ordem de R\$ 8.800.

**d. Reconciliação da alíquota efetiva.** A conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é como se segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	176.145	110.641
Alíquota nominal.....	34,0%	34,0%
	59.889	37.618

**Efeitos das diferenças permanentes:**

Incentivos fiscais à cultura e inovação tecnológica.....	(1.307)	(1.167)
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas.....	(11.549)	203
Corrente.....	(33.364)	(38.805)
Diferido.....	(13.669)	2.151
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(47.033)	(36.654)
Alíquota efetiva.....	26,7%	33,1%
Saldo de adições temporárias.....	41.361	21.856
Saldo de exclusões temporárias.....	(81.563)	(15.530)
	<u>(40.202)</u>	<u>6.326</u>

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidas.....

	<u>(13.669)</u>	<u>2.151</u>
--	-----------------	--------------

**8. Outros ativos circulantes**

	2021	2020
Adiantamento de Férias.....	117	119
Adiantamento a Funcionários.....	30	71
Impostos antecipados.....	349	1.160
Adiantamento a fornecedores.....	2.071	2.222
Despesas Antecipadas.....	1.163	1.764
	<u>3.730</u>	<u>5.336</u>

Os adiantamentos aos fornecedores são efetuados para prestação de serviços ou fornecimento de mercadorias aguardando a emissão da nota fiscal e não possuem característica de longo prazo e não estão sujeitos a perspectiva de perda.

**9. Direito de uso:**

	2021	2020
<b>Custo</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	37.059	24.445
Adições.....	24.445	(17.537)
Alienação e baixas.....	(17.537)	1.947
Reconhecimento AVP.....	1.947	(2.329)
(-) Juros AVP.....	(2.329)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2021.....	<u>43.585</u>	<u>43.585</u>
Adições.....	4.670	-
Alienação e baixas.....	(6.737)	-
Reconhecimento AVP.....	1.136	-
(-) Juros AVP.....	(621)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	<u>42.034</u>	<u>42.034</u>
<b>Depreciação</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	(15.197)	(13.368)
Depreciação do período.....	(13.368)	10.331
Alienação e baixas.....	10.331	(18.234)
Saldo em 1º de janeiro de 2021.....	(18.234)	(14.681)
Depreciação do período.....	(14.681)	6.709
Alienação e baixas.....	6.709	-
Transferências.....	-	-
Reconhecimento AVP.....	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	<u>(26.206)</u>	<u>(26.206)</u>
<b>Valor residual</b>		
Em 31 de dezembro de 2020.....	25.351	15.828
Em 31 de dezembro de 2021.....	<u>15.828</u>	<u>15.828</u>

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. No início de um contrato, uma entidade avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento, se o mesmo prevê o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de um pagamento. Os itens que foram aderentes à norma são: aluguel de computadores e impressoras, frota de veículos e aluguel de espaço físico para armazenamento de produtos. Os prazos contratuais variam de 36 a 60 meses.

**14. Empréstimos e financiamentos:** Em 2020, a Sociedade adquiriu dois empréstimos na modalidade NCE no valor de R\$ 10 milhões cada, totalizando R\$ 20 milhões, com prazo de pagamento em 12 meses à taxa de 165% e 148% do C.D.I. aa. respectivamente. Em 2021 a Sociedade quitou o empréstimo na modalidade NCE (nota de crédito de exportação) do Banco Itaú e captou novos recursos no Banco Bradesco com uma taxa de 112,61% do C.D.I. com vencimento em 05/12/2022. Segue a relação dos empréstimos e sua movimentação:

Modalidade	Banco	Moeda	USD	R\$	Taxa	Data do crédito	Vencimento
NCE - BRL	Itaú	-	-	10.000.000,00	(121% do C.D.I.)	18/06/2021	13/06/2022
NCE - BRL	Bradesco	-	-	10.000.000,00	(112,61% do C.D.I.)	10/12/2021	05/12/2022
ACC	-	3.500.000,00	-	18.539.500,00	4,43% a.a.	27/05/2020	21/05/2021
NCE - BRL	Itaú	-	-	10.000.000,00	(165% do C.D.I.)	24/06/2020	24/06/2021
NCE - BRL	Itaú	-	-	10.000.000,00	(148% do C.D.I.)	18/12/2020	13/12/2021

	2021	2020
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	16.381	16.381
Empréstimos contratados (captações).....	38.540	760
Juros.....	1.837	(18.219)
Varição cambial.....	(18.219)	(452)
(-) Pagamento de principal.....	(452)	-
(-) Pagamentos de juros.....	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	<u>38.846</u>	<u>38.846</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	38.846	10.000
Empréstimos contratados (captações).....	10.000	1.565
Juros.....	1.565	1.133
Varição cambial.....	1.133	(29.303)
(-) Pagamento de principal.....	(29.303)	(1.775)
(-) Pagamentos de juros.....	(1.775)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	<u>20.466</u>	<u>20.466</u>

**15. Plano de benefícios a empregados:** A Sociedade é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria para os seus empregados, por meio do patrocínio de um fundo de pensão com plano de contribuição definida, no qual o regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização, e de um plano de benefício definido para um pequeno número de empregados, ambos administrados pelo ICATU Fundo Multipatrocinado - IcatuFMP. Em 2021, as contribuições da Sociedade somaram R\$ 993 (R\$ 565 em 2020) calculadas entre 60% a 140% sobre o valor da contribuição paga por cada empregado. O plano de benefício definido foi extinto em 1998 e não são permitidas novas adesões. Este plano tem patrimônio independente formado por títulos governamentais de longo prazo, tem apresentando superávit e não há expectativa de déficit futuro que venha a exigir contribuições da Sociedade. Em 2021 e 2020 o plano apresentou superávit conforme segue:

	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais de benefício definido com cobertura:	-	5.296
Benefícios concedidos.....	-	384
Benefícios a conceder.....	-	5.679
Valor presente das obrigações atuariais.....	3.557	12.058
Valor justo dos ativos do plano.....	3.557	6.379
Valor justo dos ativos em excesso ao valor presente das obrigações atuariais.....	-	(6.379)
Ganhos ou perdas atuariais não reconhecidas em 2020.....	(3.557)	-
Ganhos ou perdas atuariais reconhecidas em 2021 (i).....	-	-
Ativo líquido do plano.....	-	-
A Sociedade optou por não reconhecer o ativo líquido acima pelo entendimento de que o referido ganho não será permanente.	-	-

**10. Imobilizado**

Custo	Terrenos e edifícios		Máquinas, equipamentos e instalações		Obras em andamento		Móveis utensílios, veículos e Outros		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Saldo em 1 de janeiro de 2020.....	44.139	309.955	16.082	25.650	395.826	-	-	-	-
Adições.....	-	-	11.143	2.139	13.282	-	-	-	-
Alienações e baixas.....	(434)	(10.179)	(13)	(855)	(11.481)	-	-	-	-
Transferências.....	2.427	7.551	(10.495)	235	(282)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	46.132	307.327	16.718	27.169	397.346	-	-	-	-
Adições.....	-	-	31.037	5.310	36.347	-	-	-	-
Alienações e baixas.....	(48)	(4.411)	-	(436)	(4.895)	-	-	-	-
Transferências.....	3.375	10.881	(15.629)	234	(779)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	49.819	313.797	32.126	32.277	428.019	-	-	-	-
<b>Depreciação</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2020.....	(18.133)	(270.089)	-	(20.380)	(308.602)	-	-	-	-
Depreciação do exercício.....	(1.407)	(11.086)	-	(1.506)	(13.999)				

